



**MINAS
GERAIS**

**GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.**

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL

ATA DA TRIGÉSIMA REUNIÃO
ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL
DE POLÍTICA CULTURAL

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, em Belo Horizonte/MG, nas dependências do Centro de Arte Popular - CAP, Auditório, localizado na Rua Gonçalves Dias, 1608 - Lourdes, com a presença de maioria simples dos Conselheiros Titulares e Suplentes conforme assinaturas constantes na lista de presença, realizou-se a presente reunião. Flávia Moreira abre a 30ª Reunião Ordinária do CONSEC, convida para compor a mesa: Rute Assis, Subsecretária de Cultura, Célia Corsino, Superintendente de Bibliotecas, Museus, Arquivo Público e Equipamentos Culturais, e Felipe Amado, Superintendente de Fomento Cultural e Economia Criativa e Gastronomia. Rute agradece a presença de todos, fala sobre a aprovação do CONFAZ que foi retificado e aprovado por dois anos, até 2021, traz de volta para o mercado todas as empresas de telecomunicação e transporte, são 600 milhões, aproximadamente, frente a dificuldade em captação e conversas com os patrocinadores. Parabeniza a Conselheira Giovanna pela representação nacional. Diz que nosso turismo é cultural. Passa a palavra para a Célia, que cumprimenta a todos, e agradece a Rute. Diz que é um desafio a Superintendência, eram três superintendências que foram condensadas em uma. O que faz uma política mais integrada do ponto de vista do Estado. A Superintendência opera sistemas de bibliotecas e museus. O sistema de bibliotecas públicas tem uma ação enorme no Estado, é o sistema da Subsecretaria de Cultura que está em maior número de municípios. São cerca de 820 bibliotecas. A função principal dessa superintendência é fazer essa articulação, é organizar para que o planejamento seja otimizado aos poucos recursos. Diz precisar ampliar a questão da regionalização, e que já está sendo organizado a reativação do Conselho Estadual de Arquivos, que há mais de 3 anos não se reúne, com a primeira reunião marcada para o dia 6 de fevereiro. Quanto aos Museus, já estão melhor estruturados. O encontro Estadual dos Museus esse ano, será no mês de junho. São os 300 anos da capitania, precisa-se trabalhar com esse assunto, já está sendo feita uma ação articulada, entre bibliotecas, Museus e Arquivo. Sobre os equipamentos Culturais, Filarmônica, Palácio das Mangabeiras, em que a CODEMIG tem a concessão de seis meses com uma empresa e depois desses seis meses fica com o Governo, e nesses meses, serão feitas atividades culturais dentro do Palácio das Mangabeiras, gratuitas. Coloca-se a disposição do conselho e diz que a Superintendência tem outras diretorias, por exemplo, a do Alysso de Articulação, é uma diretoria que transita entre as duas Superintendências. O trabalho é em conjunto. Rute fala que o Circuito da Liberdade não representa apenas a cidade de Belo Horizonte e sim o Estado de Minas Gerais. Fala sobre o lançamento das Cidades Criativas aproveitando o título de Belo Horizonte como cidade da Gastronomia, dado pela Unesco. Passa a palavra para Felipe Amado que explica sua Superintendência, composta por três diretorias, a Regina Faria é a Diretora de Economia Criativa, destaca o lançamento das Redes Mineiras com o apoio da Subsecretaria de turismo. Diz ainda que o trabalho é contínuo e exige muito diálogo, muita construção, e a ideia das redes, é a troca de experiência, conhecimento. São 853 cidades de Minas Gerais que são criativas. Estão preparando uma série de capacitação à distância. A outra Diretoria é a de Monitoramento e Prestação de Contas, Janaína Silva, tem o

desafio do passivo da Prestação de Contas, enfrenta a bastante tempo, agora conseguiu incorporar mais pessoas a equipe. Essa equipe tem demandado um processo de treinamento intensivo, 21 servidores novos. Além disso, essa Diretoria é responsável pelos processos de adequações, readequações, tanto da Lei de Incentivo, quanto do Fundo Estadual de Cultura. Existe um núcleo dentro da Diretoria que cuida desse processo, trabalha-se a revisão desse fluxo. Para torná-lo mais ágil e menos burocratizado, de forma a dar uma resposta para os empreendedores culturais. Por fim, a Diretoria de Fomento Cultural, Janille Moraes, diretora, responsável pela parte de admissibilidade dos projetos, entrada, repasse de recursos, na Lei de Incentivo tanto admissibilidade, quanto, processos do fluxo das Declarações de Incentivo, trabalho que a diretoria tem feito ao longo do ano, na Lei Estadual de Incentivo à Cultura já houve o término das análises de projetos deste ano de 2019, houve uma média de 450 projetos aprovados em 2019. Ainda sobre a Lei, a renúncia fiscal de 108 milhões, captação de aproximadamente 60 milhões de reais com a expectativa de fechar o ano dentro do 70 milhões que foi o valor que teve nos dois últimos anos de captação, não é o valor ideal, mas frente aos desafios enfrentados com toda essa questão do Confaz. A aprovação do Confaz é até dezembro de 2021. Planeja-se para ano que vem, uma série de diálogos com os empresários para fomentar o processo da Lei de Incentivo à Cultura, incentivar esses processos de patrocínio, a Lei atual de Fomento e Incentivo à Cultura completa dois anos em janeiro, que é o processo da própria revisão, da Legislação que se vai constituindo grupo de trabalho, com participação do próprio conselho para poder avaliar esses dois primeiros anos e verificar pontos de melhorias. No Fundo Estadual de Cultura foram lançados quatro Editais. Completando 6 milhões de reais em Editais publicados, estão sendo finalizados os pagamentos dos últimos editais do Fundo (17 e 18), há processos ainda pendentes com objetivo de finalização ainda nesse ano, já se pagou em torno de 8 milhões de reais. O Fundo Estadual de Cultura tem uma receita de 17,5 milhões, e esse valor aumenta diariamente, por conta dos depósitos feitos pelas Empresas dentro do Fundo Estadual, esse valor apresentado é de 30 de novembro. Houve uma série de desafios para lançar os Editais neste ano, foram necessárias várias regulamentações complementares do FEC para que possibilitasse os Editais serem publicados. Desafio de Construção, são os primeiros Editais do Fundo com a legislação atual, é um aprendizado tanto para a equipe de Fomento quanto as demais equipes, principalmente na área jurídica. Mantendo a meta de 17 Editais publicados no máximo no primeiro trimestre do próximo ano. A ideia que se tem é que o fluxo de editais seja contínuo uma vez que a receita do Fundo passa a ser contínua também. Tendo essa garantia de 17 milhões hoje, a expectativa de arrecadação de 2020 é de 25 milhões. Outros editais estão sendo trabalhados para lançamento, alguns já anunciados. Em diálogo com uma série de pessoas, até dentro do próprio conselho, atentou-se para a necessidade de uma interlocução mais clara, quanto ao conteúdo desses editais, nas mencionadas áreas, de Artes Cênicas, circo, dança, teatro, entre outros. Em conjunto com a Superintendência da Célia, está sendo pensado em Editais voltados para Biblioteca, Editais para Livro, Leitura e Literatura, para questão da memória dos arquivos, dos Museus. Além do Edital do Museu Seguro, outros com relação a isso. Rute lembra outra questão, apresentada pelos próprios conselheiros: que os conselhos se relacionem mais. A ideia é promover essa interação. Entende-se, de acordo com a subsecretária, que Política Pública não é apenas o “publicar Edital”, é a integração de todas as frentes da Secretaria, o conselho, as saídas, quando se enxerga as ações pontuais, é entender todas as frentes de articulações que tem sido feita, junto com a Assembleia, com a Comissão de Cultura, presidido pelo Deputado Bosco, várias interlocuções com os Deputados, com as Prefeituras, Entidades Culturais, com as vinculadas. O Palácio das Artes demonstra na prática o que se pensa de política pública, nas galerias, nos editais, nas formações do CEFART, na Humberto Mauro. O importante é ouvir e compreender o todo, as ações complementares. Rute agradece a Angelina e toda a equipe do CAP, e a Ana Werneck. Flávia coloca a Aprovação da 29ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada em Ipatinga, Ata Aprovada. Rute passa a palavra para Alysson que fala sobre a Diretoria de Articulação e Integração Cultural. Encontra-se nessa diretoria um desafio muito interessante. O objetivo é a descentralização, dialogar com os 853 municípios, com as regiões, com as cidades polo, fazer recurso chegar até eles, tendo como instrumento o FEC, que é muito importante. Estão sendo feitas capacitação regionalizadas, dentro dos Editais relacionados à Culturas Populares. Possuem alianças estratégicas que estão sendo construídas, a proximidade com a comissão de cultura, com a Assembleia, com o próprio CONSEC, os conselheiros são fundamentais para o sucesso da Diretoria, a capacidade que possuem de agentes multiplicadores dessas políticas e de reflexão das demandas que conhecem, diálogo entre Secretaria e CONSEC, permitem aperfeiçoamento, enriquecimento de serviço. Oferta, desenho de política. O momento atual da cultura, uma crise que vai além dos recursos, potencializa. E assim conta-se com cada conselheiro. Importante o Diálogo. A proposta é de que a cada lançamento de Edital todo o material será enviado para os conselheiros, e além disso serão priorizadas as capacitações.

Nessa crise a potência são as pessoas, quem está no dia-a-dia da cultura, criar elo cultural, que permita transformar a realidade de Minas Gerais. Outro ponto importante nessa diretoria é a formação de parcerias e redes de agentes multiplicadores, tendo em cada região, município, que pode acolher, que pode representar, que pode convidar e receber, uma criação, uma construção a ser feita. As avaliações de resultados e indicadores culturais, fundamentais para balizar o trabalho, isso reflete na resposta ao Plano Estadual de Cultura, que já foi formulado, no momento de outro cenário, e agora junto à Assessoria Estratégica da SECULT. O Plano foi destrinchado de forma a conseguir transformar o que estava escrito e ver o que executa afim de contabilizar. Já foram feitas algumas capacitações: Carangola, na Comissão de Cultura da Assembleia Itinerante, em Araçuaí, onde houve lançamento de Editais, em Cataguases durante o evento do Fórum Audiovisual, onde houve visita de Projetos que já contam com o FEC, Divinópolis, Mucuriarte, para capacitação em Fronteira dos Vales, Festivale, para janeiro já tem algumas Cidades, uma capacitação em Muriaé para pegar toda a Região da Zona da Mata, tem muito trabalho, e é com a ajuda dos conselheiros que será alcançado. Alysson passa a palavra para Sula, que pergunta se nessa itinerância dentro da proposta, pode-se pedir que nesses lugares se tenha terrenos para os circos. Há deficiência de conseguir chegar nas cidades e conversar com as prefeituras, a melhor política para o circo é a garantia do direito ao trabalho, garantindo um lugar para que fiquem na cidade, o que não existe atualmente. Aclarar o ICMS Cultural em relação ao Circo, não houve uma divulgação direta sobre isso. Alysson agradece e sugere marcar uma conversa para esclarecer essa especificidade. O fato de áreas para circo potencializarem ICMS Cultural e outras, tudo isso pode ser trabalhado de maneira mais sensível com a ponta, e reforçar essa luta, esse direito, enquanto toda a cidade não tem esse espaço, junta-se para consegui-lo. Das Reunião das Câmaras já ficou estabelecido essa conversa com a Associação de municípios e isso entrará na pauta. Alysson agradece. Rute fala sobre as articulações com o IEPHA que já está sendo feita, que as vezes o Prefeito olha a tabela de pontuação de ICMS. Ana Cristina está presente representando o Deputado Bosco, a ALMG, contato importante, faz-se ao mesmo tempo o legislativo. Rute passa a palavra para Eliane Parreiras, que cumprimenta a todos, apresenta um balanço de 2019 e algumas ações de 2020 da Fundação Clóvis Salgado, que é uma instituição que atua na difusão e na exibição cultural por meio dos seus espaços culturais, o Palácio das Artes, o Câmera 7 que fica na Av. Afonso Pena, espaço dedicado a exposição e fotografia em Minas Gerais, e a Serraria Souza Pinto, grande galpão. Além disso, se tem a parte de criação e produção, que está mais relacionada com a gestão de 3 corpos artísticos, a orquestra Sinfônica de Minas Gerais, o Coral Lírico de Minas Gerais e a Cia de Dança do Palácio das Artes, os dois primeiros são patrimônios culturais de Minas Gerais, reconhecidos a partir de Projeto de Lei do Deputado Bosco, com atuação ininterrupta, e isso permite a criação de concertos, de performance, de espetáculos, de multilinguagens de óperas, um dos poucos centros produtores de ópera no país, e uma atuação muito integrada entre eles, também exercendo papel de política pública. Inclusive de apoio e formação relacionadas a outros grupos das mesmas áreas, e por fim, o eixo de atuação que é a formação, o CEFART, que é o Centro de Formação Artística e Tecnológica, oferece os cursos de técnicos, esse ano mobilizou mais de 2.300 pessoas, que se matricularam em atividades do CEFART, é uma atuação transversal, complexa, dinâmica, e dá orgulho, por ser muito singular no país. Nuvem de tags, foi feito a partir de um planejamento estratégico realizado 2019 - 2022 - A FCS tem um Conselho Curador com participação da Sociedade Civil, que já foi apresentado, será publicado o Planejamento Estratégico no site. A Nuvem de tags está com a proporção do número de vezes que cada uma dessas palavras forma citadas por cada um dos funcionários, de todos, área meio, área finalística, corpos artísticos, todo mundo participou dessa grande dinâmica. Essa Nuvem de tags já encontra em alguns espaços do Palácio das Artes, e será colocada em outros lugares e nas mídias digitais. É um lembrete de missão do que é a política pública. Apresentação dos dados de 2019: até 10 de dezembro de 2019, foram 522 mil pessoas circulando e sendo atingidas diretamente pelas atividades da Fundação Clóvis Salgado, houve um crescimento no público do Palácio das Artes de quase 19% aproximadamente, 13% do Público médio por atividade, houve aumento de aproximadamente 13% que é uma das coisas que está sendo perseguido, mais ocupação, mais retorno de público, houve aumento de aproximadamente 4% no número de atividades oferecidas. Foco: Democratizar especialmente as nossas produções, onde se tem um maior poder de influência, especialmente os corpos artísticos, 75% das atividades dos corpos artísticos da FCS desse ano que foram ofertadas, são gratuitas e houve aumento de 23,6% nessa quantidade de eventos que foram oferecidos pelos corpos artísticos, eventos gratuitos, mas ao mesmo tempo tem que se criar mercados e forma de consumo para que se possa prosseguir. Necessária a formação de público para todas as atividades, para a diversidade cultura, caso contrário não há sustentabilidade nenhuma no mercado, aumento de 21,5% no público das apresentações não gratuitas dos corpos artísticos por meio de promoção, mobilização,

comunicação estratégica, por meio de uma série de ações e com destaque ao Programa In Concerto, Programa da Orquestra Sinfônica, que cresceu 155% do público em 2019, isso sem colocar números, como por exemplo, houve um concerto no dia anterior a dessa reunião, e terá mais dois, nos dias 21 e 22 de dezembro. Aumento de 10% do público geral do Cine Humberto Mauro, que mantém a tradição da gratuidade, algo discutido. Houve 31 mostras e o Festcurtas 2019, aumento de público de 19%. Nesse ano foram 11 mil pessoas que tiveram acesso a espetáculos nacionais e internacionais realizados no grande Teatro CEMIG, feito através de grupos que mobilizaram desde grupos de alunos do CEFART, até alunos de escolas públicas, municipais e estaduais de todas as regiões, Organizações Sociais e Culturais e Programas Sociais de inclusão do Governo de Minas e esses grupos tem um acesso na chamada cota social, a espetáculos nacionais e internacionais que recebe-se de terceiros dentro do Grande teatro, o que viabilizou as 11 mil pessoas diretamente nos espetáculos, 3 mil pessoas no cine Humberto Mauro e mais de 20 mil pessoas no todo, atendidas em atividades gratuitas na mediação e na arte educação da Instituição, houve, também, no CEFART um crescimento de 105% nesse número de matrículas, inclusive porque aumentou o número de cursos complementares e de extensão, aulas livres e abertas, ampliou esse universo de oferta, os cursos complementares são aqueles que são cursos para uma diversificação a partir dos alunos que estão nos cursos regulares, básicos ou técnicos. Alguns são exclusivos para alunos que já estão lá, e outros são abertos para a sociedade como um todo, todas as atividades ofertadas foram gratuitas, há política de cotas dentro do CEFART. Grande foco é a política profissional, trabalhar em conjunto para formar artistas, é o curso técnico efetivamente, foi feita parceria com a Fundação João Pinheiro para realização de uma pesquisa, com alunos que formaram nos três últimos anos, em que na amostragem 40% desses responderam a uma pesquisa em que foi surpreendido com a resposta de que quase 72% dos alunos formados pelo CEFART trabalham nas suas respectivas áreas de formação, sendo que 75% deles se inseriram num mercado de trabalho em até um ano, depois que se formou, isso reforça a vocação da instituição e mostra que encontram-se no caminho certo, que é necessário fortalecer isso. A respeito do retorno que se tem no investimento cultural, a partir de uma pesquisa da Fundação João Pinheiro, por exemplo no caso de uma produção de ópera, mobiliza-se cerca de 250 empregos diretos, considerando artistas e técnicos e aproximadamente 60 na área de logística, limpeza, segurança, recepção, além de inúmeros empregos indiretos gerados em outros seguimentos que são mobilizados para essa cadeia produtiva, alimentação, comércio, hotelaria, transporte, entre muitos outros. Foram realizadas intervenções físicas necessárias para que conseguisse chegar até agora funcionando, intervenções fundamentais. Concerto do ar condicionado do Palácio das Artes, a reforma da central elétrica viabilizando uma outra forma de relação com os produtores culturais, que estavam tendo que arcar com uma série de questões relacionadas a isso, do sistema dimmer do grande teatro da estrutura cenotécnica do grande teatro, um investimento aproximadamente de 1 milhão e trezentos, o mapeamento das ODS. Encerra-se 2019 com superações de questões estratégicas que precisavam ser enfrentadas, e estão funcionando com tudo, e 100%. Para 2020, o planejamento está relacionado ao ano 50, a FCS nasce por meio do Palácio das Artes, uma encomenda de Juscelino Kubitschek para criar um teatro municipal, porque o antigo tinha virado cinema, cine metrópole, o Prefeito encomenda a Oscar Niemeyer um conceito visionário, que já era de um centro cultural, e se tivesse conseguido construir esse Teatro na década de 40 como ele foi pensado, seria pioneiro no mundo, pois não havia esse conceito de Centro Cultural estabelecido ainda, isso se fala de 1940, pensando um Centro Cultural no coração da cidade, vinculado a um parque. Mas infelizmente JK saiu da Prefeitura, as obras são interrompidas por 15 anos, e são retomadas, pelo governo do Estado após uma negociação, Clóvis Salgado era Secretário de Saúde do Israel Pinheiro, faz essa mobilização para conseguir que o Estado pudesse ficar com o espaço e ter a responsabilidade de finalizar e gerir, essa negociação é feita, nesse momento surgem as grades, que todos são loucos para tirar, o que não pode pois é a divisão do que é área do Estado e o que é área do Município, o Palácio das Artes começa a ter algumas atividades em janeiro de 70, em junho é criado a Fundação Palácio das Artes, já com a ideia de que fosse finalizadas as obras, e em março de 71 é considerado o marco final de inauguração, quando se tem a inauguração do grande teatro, tem um ano de comemoração pois se tem 50 anos de Fundação em junho, e 50 anos de Palácio das Artes em março. Regina Amaral, representante da dança, fala que na Câmara Temática de Formação, foi colocado uma inquietação que tem relação direta com o CEFART, acha pertinente entrar no ano de comemoração de 50 anos de Palácio das Artes, um dos pilares, foi a escola de dança que Professor Carlos Leite implantou, convidado pelo Governador Israel Pinheiro, foi colocado a importância de se salvar/guardar a escola de dança da Fundação Clóvis Salgado, sugere que seja batizada, nomeada, Escola Estadual de Dança Professor Carlos Leite, que fosse reconhecido como Patrimônio Cultural, além da Sinfônica, e do Coral Lírico, conversou com a Ana Cristina, que representa a ALMG, colocou como mais ágil, o reconhecimento de

relevante interesse cultural, mas que fosse de fato assegurado a continuidade e permanência e pudesse ser reconhecida, uma vez que é um dos pilares do que hoje se tem uma grande estrutura de um Centro Cultural. Eliane responde que teve uma dificuldade por causa da transição, o Edital de designação de professores já saiu, as aulas estão sendo adiadas para fevereiro, para ter uma possibilidade de trabalho maior, trabalhar os encerramentos em novembro ao invés de dezembro, poder antecipar para dar um pouco mais de estabilidade, há desafios, como o fato de que a escola cresceu demais e não tinha estrutura para isso, houve escolhas difíceis de cursos, por não ter salas. Existe uma solução, implementar o CEFART Andradas, que é um prédio, antigo prédio do Detel, ao lado da Serraria Souza Pinto, foi cedido para a FCS com a iniciativa de colocar o CEFART. Mas requer investimentos para a preparação do prédio, está trazendo esse projeto para a realidade, para um tamanho que seja qualidade de estudo, qualidade técnica, para que se tenha aulas nesse local. E buscando financiamento para que se tenha essa oferta. Estão fazendo revisão dos currículos para designação dos professores. E será criado no espaço do CEFART “a galeria CEFART” exatamente para poder homenagear e reconhecer a história das pessoas que construíram o CEFART. Dentro do próprio espaço da escola, registrar essa história. Eliane Parreiras agradece. Rute agradece a apresentação. Fala sobre o lançamento do Edital de Culturas Populares em Araçuaí somando 2,5 milhões em editais já publicados, que valoriza o que se tem de mais importante que é a nossa cultura popular. Passa a palavra para a Flávia, que explica sobre a governança compartilhada do CONSEC. Guilardo diz que está incomodado com o fato de que no papel do Conselho é consultivo e deliberativo, que viajam horas e ficam a manhã inteira ouvindo relatórios da Secretaria e do Sistema Estadual de Cultura, diz que tem coisas que já passaram da hora, que 70% do que foi dito, já podiam estar no site e os conselheiros já chegarem informados. Questiona o fato das Câmaras Temáticas não possuírem assessoria, e não ter um encaminhamento adequado de conversas e deliberações das câmaras consultivas, sugere que não chame os conselheiros para perderem tempo. Sugere também que se encontre um formato de vídeo, para ajustar melhor o funcionamento do conselho, diz que o funcionamento atual podia ser bom quando o conselho começou, mas que hoje essa dinâmica, na opinião dele, não funciona mais, todo mundo vem passear em BH, está incomodando, sugere que o conselho, como um todo, faça uma revisão sobre a dinâmica de funcionamento das reuniões. Rute aproveita a fala do Conselheiro Guilardo e agradece. Disse que encontra-se no Conselho para rever modelos quando necessário, esclarece que a ata foi enviada por e-mail, e o momento de discutir o formato do Conselho é quando a ata é enviada por e-mail, nos grupos, e isso foi discutido amplamente. Convida o Conselheiro Guilardo para que participe da preparação da próxima reunião do Conselho, apesar de o Conselho ser política de continuidade, existe alguns conselheiros que são novos, e precisam entender o funcionamento, concorda quando fala que as Câmaras Temáticas têm que ser ricas, e diz que há tem um mediador em cada câmara. Faz questão de que seja os diretores, pessoas que pensam e fazem cultura, Política pública no Estado. Flávia informa que tem um diretor que está com todos os encaminhamentos do Conselho das Câmaras Temáticas. O que tem que melhorar é a participação dos conselheiros, quando foi falado dos Editais lançados em Araçuaí, para quem está trabalhando atrás disso, é uma vitória. O Alysson já fez diversas capacitações, convidou na apresentação os Conselheiros para participarem do processo de interiorização e entendimento dos Editais no interior. Diz está seguindo a deliberação do próprio Conselho. A Subsecretaria está conversando individualmente com cada conselheiro, convida a todos. A equipe vem trabalhando muito para que haja esse momento, o pedido para ir à Assembleia Legislativa foi do próprio Conselho. A Conselheira representante da cadeira da dança acaba de dizer que foi importante a apresentação da Eliane Parreiras. Questiona os conselheiros com quem eles tem conversado na região de cada um. Se de fato estão mapeando a demanda setorial que estão no CONSEC representados. É necessário dizer para a sociedade o papel do Conselheiro. Wenderson Godoi se sente ofendido de ouvir Guilardo dizer que os conselheiros vêm para Belo Horizonte para passear, diz que não vieram fazer isso. E quanto a participação na ALMG, foi discutido no grupo, partiu de uma proposta que os conselheiros e conselheiras acataram, concorda que é necessário rever quais os modos e meios do Conselho. Diz também, que enquanto Conselheiro que vem do interior, não está em Belo Horizonte para poder passear com o dinheiro do Estado. Flávia Moreira diz que é muito conteúdo e pauta, o Conselho é rico, pode-se pensar em uma logística para atender a todos, o que foi discutido nas Câmaras terá encaminhamento e retorno, vai abrir ainda para todas as pautas sugeridas previamente por e-mail. Dornas lembra que na reunião passada houve problema similar e solicitou que as falas dos conselheiros fossem no período da manhã, entende-se que as últimas pautas são prejudicadas, por questão do tempo. Sula sugere um maior aproveitamento das Câmaras Temáticas, diz que é importante está presente e apresentar, mas a forma melhor e mais concreta é apresentar as propostas nas câmaras temáticas, e já trazer as propostas formatadas. Uma das grandes coisas é a devolutiva, e isso é muito importante, saber o que está sendo feito. Rute

pergunta se mais alguém quer contribuir sobre esse assunto e sugere abrir mão da próxima pauta nessa reunião, “Prestação de Contas da Filarmônica”. Flávia fala do site, que o CONSEC terá uma aba dentro do próprio site da SECULT, está sendo atualizado. Flávia convida Magdalena, que fala das pautas, a primeira questionada pela Sula, é sobre o PPAG, que diz ter participado, com a questão da Casa dos artistas, com a proposta de uma lona, o Projeto da Cidade do Circo. Fala da frustração das pessoas de não ter nada palpável que as pessoas participam do PPAG mas não sabem o que significa, nota-se a necessidade de um curso. Mariana diz que o PPAG é uma pauta importante por se tratar de políticas públicas que corre o risco de ser esvaziada pelo processo, da forma que está acontecendo, hoje as Emendas individuais são impositivos, a partir de agora as emendas de bancada também são impositivas, mas não se sabe o que acontece com as emendas do PPAG, essa política que é de participação da população, com as demandas da população, ação de democratização da participação da Sociedade civil na questão orçamentária do Estado e é uma política que está sendo esvaziada inclusive por esse mecanismo, de não ser impositiva. Mariana solicita como Conselheira, para o Estado, esclarecimento quanto ao critério usado dentre as ações aprovadas na revisão do PPAG, dentre essas ações quais os critérios para o pagamento. No ano eleitoral só é possível que a sociedade civil execute as políticas públicas se aconteceu no ano anterior, o que significa que se as Prefeituras não recebem, há uma crise na cultura nessa questão de execução orçamentária e de ações sem precedentes. Questiona a efetividade, faz PPAG e não é pago. Sula fala sobre convênios que já estavam firmados, resultados do PPAG, que não foram pagos no ano anterior e o que vai ser do PPAG que foi aprovado agora, em Outubro, passou-se por todo o processo na ALMG, dos mesmos projetos não pagos. Entende-se grave o fato de fazer pessoas participarem de uma Comissão de Participação Popular para depois não saber qual é o processo que participa. Ana Cristina explica que não é representante da Assembleia, ela acompanha, sendo assim não pode responder, mas ela vai ilustrar um pouco esse processo. O Estado não é único, é formado a partir de várias forças e interesses, inclusive de dentro, por exemplo na questão do PPAG a relação que se estabelece é com vários órgãos, dentro do poder executivo, a SEPLAG, que faz a gestão e as secretarias finalísticas que tratam das políticas, o interesse é de que essas ações sejam executadas, a maior parte das propostas são aprovadas ao longo do PPAG, vem de entidades relevantes que já comprovaram experiência, tudo que é avaliado no momento de aprovação. A comissão de participação popular se reúne, faz um parecer sobre as propostas e nesse parecer há uma avaliação de exequibilidade, e de correspondência às diretrizes daquela política. Tem uma avaliação que é pública. O orçamento do Estado é uma disputa de prioridades. Sugere que o Conselho solicite à Comissão de Participação Popular que leva essa discussão a uma audiência pública para discutir nesse novo cenário quais metodologias serão adotadas. Esclarece que quando lida com o Estado, lida com vários interesses. Sula pergunta qual passo é dado depois que acaba a reunião do PPAG, Cristina responde que desde que existe o PPAG da forma atual, 2004, sempre funcionou da seguinte forma, todas as informações são consolidadas, naquele formulário, e isso vira uma proposta de ação legislativa, proposição que tem origem na comissão de participação popular, sugestões populares, se reúnem por programas, depois as que decidiram pelo mesmo programa serão analisadas juntas, porque o impacto orçamentário deles é do mesmo programa; A informação técnica ajuda o Deputado a decidir, mas a decisão é sempre dele. A Seplag acompanha todo o processo, o Legislativo só aprova ou não a lei. Aprovada a Emenda, a parte da execução vai para o executivo. Marina questiona sobre o que define e quais projetos receberão. Ana Cristina responde que cabe ao poder executivo a execução da política pública, então o poder legislativo aprova, o orçamento é indicativo, com essa orientação que a LOA e o PPAG dá, o Governo organiza as entregas. Essa decisão é do poder executivo, e isso está na Constituição. Magdalena sugere uma capacitação em PPAG junto a escola do Legislativo. Ana Cristina diz que esse curso já existe na plataforma do site da Assembleia. Estão sempre disponíveis. Magdalena passa a palavra a Maria do Carmo, que fala sobre a pauta "Reunião Itinerante", coloca em votação e fica definido, junho, Turmalina, que já havia sido registrado em ata na última reunião. Xisto sugere que a próxima reunião itinerante aconteça em Mariana. Maria do Carmo propõe que se fale do calendário. Sugerem começar em Fevereiro de 2020, Rute explica que tem que começar em março, pois em fevereiro não tem orçamento. Assim, o conselho vota em ter início a reunião CONSEC 2020 em março. Mariana Sugere 5 reuniões, ao invés de 2 reuniões itinerantes, caso tenha orçamento. Sugestões de meses: Março, Maio (itinerante), Junho e Novembro. E caso haja possibilidade uma quinta reunião. Fala do mandato, ver no Regimento, pois atrasou, não serão 2 anos, sugestão de pauta para próxima reunião. A publicação saiu em Dezembro, assim conta-se a partir da publicação, segundo Felipe. Alysson diz que será feita uma consulta ao jurídico quanto ao mandato. Fala junto com o JR, ex conselheiro, Ducarmo que está encaminhando o Plano Setorial do Artesanato, demanda que nasceu das discussões no Vale do Jequitinhonha, que passa a ser uma demanda do Estado. Estão

fazendo um levantamento de quantidade de artesãos, pois o número de entidades já é de conhecimento deles. São 40 entidades de artesanato no Vale do Jequitinhonha. O problema é não saber a quantidade exata de artesãos. O Plano Setorial vem nos guarda chuvas da revisão do Plano Setorial de Cultura. Fazer nos moldes do Plano Setorial do Livro. Criaria grupo gestor para encaminhar esse Plano do Artesanato. Foi criado agora a rede do artesanato, foram organizadas 3 feiras de artesanato no Jequitinhonha, e mais 3 encontros regionais de artesãos, pela primeira vez o artesão reuniu sem feira, que era um suporte para a discussão política do artesanato. O primeiro encontro, foi em Almenara em Maio, o segundo em Turmalina, em Setembro e o último, em novembro, Araçuaí. Encontros discutidos inclusive no PPAG. Magdalena passa a palavra para a Subsecretária, que diz que irá apresentar um fluxo da entrada de todas as emendas parlamentares, extras e de comissão, pelo menos dentro da Secretaria de Cultura será desenhado esse fluxo. É papel do CONSEC fiscalizar, acompanhar as políticas públicas. O não pagamento de Emendas é histórico. Mariana frisa que a dúvida dela é referente ao critério da escolha para pagamento da Emenda. Dados levantados, respondendo a Mariana, foram feitos 2,5 milhões, aproximadamente, de Emendas Populares do PPAG. O negociado com SEPLAG e SEGOV, se não há possibilidade de pagamento, responde que não existe essa possibilidade. Não existe orçamento no caixa para isso. Foram liberados dois projetos de emenda parlamentar para o Vale do Jequitinhonha, o Mucuriarte e o Festivale. Estavam votados, estavam na lista, passaram por toda a parte de documentação, quais os critérios desses projetos para eles terem sido pagos e os outros não. Esses dois foram liberados pois são projetos que há 30 anos acontecem na região menos favorecida, os projetos possuem uma tradição no Vale. Existe um mapa do Estado de Minas Gerais, tem uma tradição de liberar Emenda de Comissão. Não quer dizer que os outros sejam menos importantes. Quando se olha no mapa o Vale do Jequitinhonha recebem o menor acesso de Política Pública do Estado, onde chega menos recurso de cultura. Mas isso não impede que se batalhe para o pagamento de todas as Emendas. Rute convida o Conselho a ir junto a SECULT nessa busca. Um retorno quanto ao representante da SEGOV. Magdalena encerra a reunião

Agradecendo o Felipe Amado e o Eduardo Silveira, falando das capacitações, e o chamado aos empreendedores.

Marcelo Landi Matte

Secretário de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais - SECULT

Presidente do Conselho Estadual de Política Cultural – CONSEC

Assinatura dos Presentes:

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

1. _____
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO - SECULT

2. _____
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

3. _____
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA - SEF

4. _____
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDESE

5. _____
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL - SEMAD /
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE – SEINFRA

6. _____
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEE

7. _____
SISTEMA ESTADUAL DE CULTURA

8. _____
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SEDE

9. _____
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - UEMG

10. _____
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CODEMGE

11. _____
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – ALMG (MEMBRO CONVIDADO)

SOCIEDADE CIVIL

1. _____
ARTESANATO

2. _____
ÁUDIO VISUAL E NOVAS MÍDIAS

3. _____
CIRCO

4. _____
CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS

5. _____
CULTURAS POPULARES, TRADICIONAIS E FOLCLÓRICAS.

16. _____
PRODUÇÃO CULTURAL

17. _____
TEATRO

18. _____
SECRETÁRIA EXECUTIVA